

# Pró-diretas no DF vai a Arinos

Parlamentares e representantes de diversos partidos políticos que integram o Comitê Pró-Diretas no Distrito Federal entregaram ontem ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), documento contendo a proposta do grupo em relação à autonomia política do DF. A proposição prevê a realização de eleições diretas em 15 de novembro do próximo ano para governador, vice-governador e Assembléia Legislativa.

O documento, que já havia sido distribuído anteriormente no Congresso Nacional por políticos locais, argumenta que "esta reafirmação de posição se faz necessária na medida em que surgem propostas e manobras no sentido de negar a verdadeira autonomia do Distrito Federal". A proposição concede ao DF as mesmas regalias e direitos dos estados-membros da Federação. O senador Afonso Arinos recebeu o documento de uma comissão que esteve ontem à tarde no plenário do Senado, onde se realizava reunião da Comissão de Sistematização. Ele declarou-se favorável à realização de eleições no DF.

Os integrantes da comissão do Comitê Pró-Diretas tentaram encontrar-se às 15 horas com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), em seu gabinete. Contudo, Cabral não esteve no local e não faltou entre os políticos locais quem protestasse. O deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), coordenador da bancada do PMDB brasileiro, reclamou da desorganização dos articuladores do encontro. afirmou que ontem ficou em seu gabinete até as 12h40, antes de sair para almoçar, e não havia recebido qualquer comunicado sobre o encontro com o relator. Explicou que só lhe avisaram da reunião às 15 horas, quinze minutos antes, através de um telefonema para seu gabinete.

Sigmaringa declarou que o relator já lhe garantiu reiteradas vezes que a realização de diretas no DF será mantida no anteprojeto que será apresentado na sexta-feira.

## Diretas: PDT ameaça não ir aos comícios

O PDT reunirá o seu Diretório Nacional, domingo próximo, no Rio de Janeiro, para decidir se continuará participando da campanha por eleições diretas, ameaçada pelas divergências entre parlamentaristas e presidencialistas. O ex-governador Leonel Brizola, depois de uma acalorada discussão com o deputado Haroldo Lima, no palanque, em Porto Alegre, ameaçou não participar mais dos comícios.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que deverá participar da reunião que o comando da campanha das diretas realiza amanhã, para discutir o assunto, disse ontem que Brizola não virá para o encontro, porque pretendo, primeiro, analisar a situação com a direção do partido.

Vivaldo Barbosa observou que, para o PDT, "fica impossível fazer uma campanha pelo voto direto para a Presidência da República, sem falar nos poderes do Presidente a ser eleito". Embora reconhecendo que ataques pessoais são perfeitamente dispensáveis, o constituinte pedetista não vê como deixar de lado a defesa do presidencialismo, até porque a campanha é por eleições diretas para a Presidência da República.

### REUNIÃO

A comissão de coordenação da campanha das diretas se reúne amanhã para discutir o futuro do movimento que, segundo o deputado José Genoíno, não pode ser comprometido por divergências em torno do sistema de governo, levadas aos palanques até em forma de ataques pessoais.

O objetivo do encontro de amanhã é reafirmar o compromisso de deixar fora dos palanques as divergências, pelo menos os ataques pessoais, já que se torna difícil, a alguns dos participantes, não defender seus pontos de vista em relação ao futuro sistema de governo.

## Presidente não quer 6 anos mesmo

O deputado Sarney Filho disse ontem que "o Presidente José Sarney é peça fundamental no processo constituinte e sem ele não se chegará a um consenso". De acordo com a avaliação do deputado, "ganhará o sistema presidencialista do Governo", dependendo do desejo do Presidente.

Sarney Filho garantiu que o Presidente José Sarney não aceitaria por hipótese alguma, como já comunicou a vários constituintes, um mandato de seis anos. "Ele quer mesmo os cinco anos e o Presidencialismo, porque entende que esta é a forma de governo que melhor convém ao País".



A reunião de ontem marcou a adesão de mais sete governadores ao movimento nortista por mais verbas da União

# Estados pobres mostram força para pedir verba

Sete governadores de Estado (Alagoas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí e Sergipe) aderiram ontem ao movimento das bancadas dos constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que querem modificar o substitutivo do relator Bernardo Cabral quanto à participação dos Estados e Municípios na distribuição do bolo tributário.

Reunidas no 10º andar do Anexo 4 da Câmara dos Deputados, as bancadas rechaçaram a proposta feita pelo Palácio do Planalto, no último domingo durante reunião na residência do ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. O Executivo defende o repasse de no mínimo 40% do total dos recursos arrecadados do Imposto de Renda, IPI, e IOP para os Estados e Municípios. No entanto, a posição das bancadas continua inalterada: querem 47% da arrecadação do IR e do IPI, e mais 35% do orçamento da União para aplicação em investimentos.

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, assegurou que, atualmente, o investimento per capita em toda a Região Nordeste é 4 vezes menor do que os recursos direcionados para as demais regiões do País. "Se aqueles que prometeram ajudar o Nordeste não cumprem seus compromissos, a Constituinte tem força para mudar essa situação", disse o

governador, numa referência clara ao presidente José Sarney.

Henrique Santillo, governador de Goiás, também defendeu a descentralização do desenvolvimento econômico e social como única saída para a situação das regiões menos favorecidas. Assegurou que as bancadas saíram vitoriosas. "mesmo porque todos os governadores de Estado estão empenhados nessa mesma luta".

Além do aumento da quota referente aos Estados e Municípios, no Fundo de Participação das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste também querem aumentar o percentual fixado no substitutivo de Bernardo Cabral de 2 para 3%. Do total da arrecadação de recursos do Imposto de Renda e do IPI, segundo a proposta dos constituintes, 47% seriam direcionados para os fundos de participação, assim divididos: 21,5% para os Estados e Distrito Federal; 22,5% para os Municípios e 3% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Durante a reunião, os constituintes não pouparam críticas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral. O senador Mansueto Lavor (PMDB-PE), por exemplo, afirmou que Cabral não cumpriu as promessas que fez durante recente visita à Sudene. Na ocasião, segundo La-

vor, o relator teria se comprometido em incluir em seu anteprojeto dotações orçamentárias especiais para as agências de desenvolvimento como Sudene e BNDES.

O deputado Jalle Fontoura (PFL-GO) disse que as bancadas não irão se intimidar frente ao lobby que está sendo articulado pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, para reduzir a quota, referente ao Fundo de Participação dos recursos arrecadados do Imposto de Renda e do IPI. O constituinte alertou ainda que as bancadas também vão reivindicar que as três regiões possam aumentar o número de representantes no Congresso Nacional, seguindo o critério de representação de acordo com o número de habitantes. No entender do deputado goiano, as regiões menos favorecidas devem ter um maior número de congressistas.

Paralelamente a essas discussões, os governadores de Estado, presentes à reunião, também se manifestaram sobre o tema sistema de governo. A maioria optou pelo presidencialismo, e apenas o governador de Goiás, Henrique Santillo, disse ser favorável ao parlamentarismo puro. Para ele, a adoção de um regime parlamentar misto é contraditório, e nesse caso, defenderá a permanência do presidencialismo.

## Causa conquista governadores

O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, destacou que sem a reforma tributária não poderá haver efetivo desenvolvimento das Regiões.

Já o governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, enfatizou a importância da reunião de ontem. "no momento em que a nova Constituição começa a tomar forma." E observou que o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral satisfaz aos governadores.

Para o governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, único do PFL no grupo, o encontro representa uma maior aproximação das três Regiões, que têm problemas comuns.

De acordo com um dos coordenadores da reunião, Jales Fontoura, de Goiás, além de fechar questão em torno das emendas, os governadores e seus representantes tentam acertar com os constituintes uma estratégia única para continuar a articulação com o relator Bernardo Cabral, e defender os interesses das Regiões através de destaques na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte.

"Um acontecimento histórico e inédito" é como o governador

EUGENIO NOVAES

Alberto Silva definiu o encontro de 292 constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com os governadores dos seus respectivos Estados. O governador lembra que as disparidades entre os Estados em questão e os do Sul e Sudeste vêm de longa data, mas jamais ao longo de toda a sua vida pública assistiu ato de tal abrangência, especialmente considerando que não há qualquer caráter político-partidário. "O que há é um só objetivo: reduzir as diferenças entre as várias Regiões do País", analisou Alberto Silva.

## Covas melhora mas não tanto para ver TV

Da Sucursal

São Paulo — O senador Mário Covas acordou ontem muito bem humorado e ficou "maravilhado" com o farto café da manhã que o esperava. Até mesmo o melão que não come no dia a dia — pois não aprecia — foi motivo de alegria para o senador. Além da fruta ele também comeu torradas, queijo, geléia, suco de laranja e café com leite. Ontem foi o primeiro dia após a cirurgia que Covas foi autorizado a comer alimentos sólidos.

O senador voltou à Unidade de Terapia de Choque ontem pela manhã para começar os exercícios respiratórios e a fisioterapia da perna, de onde foi retirada a veia necessária para as pontes. Segundo um dos assessores de Covas, os médicos estão surpresos com a sua recuperação. Se tudo continuar dando certo ele poderá deixar o Incor — Instituto do Coração — do Hospital das Clínicas — onde se submeteu a uma revascularização do miocárdio no último sábado —, antes da data prevista. Ou seja, antes do período de oito dias após a cirurgia.

O assessor informou também que Covas apesar de insistir muito, ainda não está lendo jornais.

Ontem o governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda e os senadores Wilson Martins e Saldanha Derzi visitaram a família de Covas no Incor. O ex-governador de São Paulo, Franco Montoro e a esposa de Ulysses Guimarães, Dona Mora, também estiveram no Hospital.



Aureliano lembrou os tempos de Golbery e Figueiredo

## Amigos testemunham a piora de Golbery

Da Sucursal

São Paulo — O quadro de saúde do ex-ministro Golbery do Couto e Silva se agravou ainda mais ontem, conforme informou, por volta das 13h, o médico Emílio Mattar, no Hospital Sirio Libanês, em São Paulo. Ele apresenta problemas respiratórios agudos, sem capacidade de reversão num quadro muito difícil. Apesar disso, às 15h, antes de receber as visitas do ministro Aureliano Chaves, do ex-ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, e do ex-governador Paulo Maluf, Golbery foi submetido a mais uma sessão de radioterapia.

Instalado no quarto 208 da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital, o ex-ministro tem

sido acompanhado por sua esposa, Esmeralda, e pela filha Vera. O boletim médico, divulgado por volta das 11h, dizia que Golbery "continua em estado crítico, com insuficiência grave da função pulmonar e recebendo terapia respiratória e de suporte". Mattar informou ainda que o ex-ministro está sendo alimentado por sonda e respirando apenas com auxílio da máscara de oxigênio.

O brigadeiro Délio Jardim de Mattos, que foi seu companheiro, no governo Figueiredo, disse ao sair do Hospital que foi visitar seu velho amigo: "Ele está bem". Quanto ao atual momento político, o ex-ministro foi taxativo: "Estou totalmente por fora da política e da área militar".

## Lysâneas tem proposta de veto popular

Se o povo não gostar do projeto final de Constituição, a Assembléia Nacional Constituinte será dissolvida e o texto pode até ser rasgado, pois uma Constituinte exclusiva será eleita para elaborar a nova Carta. Esta é a proposta apresentada em emenda e defendida ontem pelo deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ) na reunião da Comissão de Sistematização. Se acolhido, o plebiscito, com sanção, será realizado 45 dias após a publicação do texto, depois de apreciado e votado em plenário, para a avaliação pelo voto de todos os eleitores brasileiros.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), esperou a reunião ser encerrada para se pronunciar acerca da desilusão de Lysâneas pela ausência do povo no processo de elaboração da nova Carta. O senador, através de mais uma "aula de história" constitucional brasileira, lembrou ao deputado do grande desafio à democracia no Brasil: a convivência da participação popular, impulsionada espontaneamente, com as regras contensivas da representação.

"No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, temos uma sociedade fraca que possibilitou a existência de um Estado forte", lembrou o senador. Declarou que não verá a reversão desta realidade, mas que cabia a Lysâneas Maciel, "um pensador socialista", trabalhar para possibilitar a afluência das correntes da participação e da representação com a mesma força, dentro de um mesmo sistema. Falou ainda que a prática de aceitar emendas populares para a elaboração da Constituição não é inovação da Constituinte de 1987. "Em 1923 isto já aconteceu", afirmou, "pelo projeto de Antônio Carlos de Andrada". Nesta época, só os canhões do Imperador conseguiram conter a manifestação do povo. "na antiga Cadeia Velha", quando uma das emendas era defendida.

## Desapropriação de imóveis já tem consenso

A questão da desapropriação de imóveis urbanos já tem um consenso na Constituinte. Os grupos dos 32 e do Consenso já aprovaram a redação do artigo 236, que agora será encaminhado ao relator Bernardo Cabral, para inclusão no seu anteprojeto.

A nova redação do artigo estabelece que as desapropriações de imóveis urbanos serão pagas, previamente, em dinheiro, "facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área territorial incluída em plano urbanístico aprovado pelo Legislativo, exigir, nos termos da Lei, do proprietário do solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado que promova seu adequado aproveitamento".

A desapropriação, segundo o artigo, será a última etapa de um processo que pelo parcelamento ou edificação compulsórios e estabelecimento de imposto progressivo no tempo. Decorridas essas fases, o poder público poderá desapropriar com pagamento mediante títulos da dívida pública "de emissão previamente aprovada pelo Senado, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com cláusula de correção monetária e juros legais".

Com essa redação, na opinião do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB/RS), um dos negociadores da proposta, a desapropriação deixa de ser um fim, pois favorece à indução da ocupação dos vazios urbanos de maneira racional e planejada.